

ALVES, Carolina Fernandes. Resenha de “Dicionários na Teoria e na Prática: como e para quem são feitos”, de Claudia Xatara, Cleci R. Bevilacqua e Philippe R. M. Humblé (org.). *ReVEL*, v. 9, n. 17, 2011 [www.revel.inf.br].

RESENHA DE “DICIONÁRIOS NA TEORIA E NA PRÁTICA: COMO E PARA QUEM SÃO FEITOS”, DE CLAUDIA XATARA, CLECI R. BEVILACQUA E PHILIPPE R. M. HUMBLÉ (ORG)

Carolina Fernandes Alves¹

carolespanhol@gmail.com

“Los diccionarios son el atajo para penetrar en el contenido de las unidades léxicas, los guías que nos orientan por el laberinto de las palabras – un laberinto en que vivimos inmersos desde el nacer”.

(Manuel Seco)

Dicionários na Teoria e na Prática: como e para quem são feitos, obra organizada por Claudia Xatara, Cleci Regina Bevilacqua e Philippe René Marie Humblé, publicada em 2011, é, de acordo com Humblé (p. 9), uma das provas do progresso da metalexiconografia brasileira. Seguindo o estilo *conversando com*, foram feitas 47 perguntas a 41 colaboradores, estando entre eles lexicógrafos (2), estudiosos em lexicografia (31) e usuários de dicionários (8). A seção onde se encontra o maior número de perguntas é a segunda, em que estudiosos em lexicografia respondem sobre tópicos fundamentais acerca do fazer dicionarístico, aspectos em relação aos quais tanto lexicógrafos quanto estudiosos em lexicografia devem posicionar-se a fim de constituir suas metodologias de trabalho e análise.

O capítulo 1, “conversando com quem faz: a prática lexicográfica”, constitui-se de 5 perguntas que versam sobre temáticas mais gerais do fazer dicionarístico, tais como qual é o trabalho de um lexicógrafo, quais as dificuldades na sua realização, como se obtém os dados

¹ Graduanda do curso de Letras / Licenciatura (português-espanhol) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e bolsista de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul – FAPERGS, orientada pelo Prof. Dr. Félix Bugueño Miranda.

frequenciais sobre as palavras, quais os avanços tecnológicos auxiliares da lexicografia e, por fim, como conciliar o perfil de usuário à organização do dicionário.

O capítulo 2, “conversando com estudiosos de lexicografia”, está subdividido em 4 áreas, a saber, “questões teóricas genéricas”, “questões teóricas específicas”, “questões de lexicografia pedagógica” e “questões políticas”. Esse capítulo gira ao redor de dois temas centrais para a lexicografia: o que incluir num dicionário e como fazê-lo. Por isso, em grande parte, as perguntas nele encontradas se referem aos critérios que orientariam os lexicógrafos na inserção (ou não) de aspectos correspondentes à macroestrutura qualitativa do dicionário (arcaísmos, lusitanismos, neologismos, estrangeirismos etc) e quais informações apresentar sobre eles.

O capítulo 3, “conversando com usuários”, dá voz à peça fundamental para a elaboração de qualquer dicionário. Conforme Bugueño (2005, p. 19) o consulente é o que poderíamos chamar de “o ilustre desconhecido”, pois, embora anteceda e guie a produção da obra, pouco se sabe, exatamente, sobre quem ele é e quais as necessidades desse usuário em potencial. No livro resenhado, ao analisar as respostas dadas pelos lexicógrafos e pelos estudiosos em lexicografia, pode-se perceber que muitas delas reconhecem o papel norteador do usuário, condicionando a produção de qualquer tipo de dicionário à delimitação do “público-alvo”, desde a definição macroestrutural quantitativa até aspectos microestruturais (definições, marcas de uso, exemplos etc).

No capítulo 1, os lexicógrafos Francisco da Silva Borba e Mauro de Salles Villar são unânimes ao afirmar que, no Brasil, o maior percalço que enfrentam é a manutenção da equipe num trabalho sem interrupções, problema que perpassa desde o preparo qualificado dos colaboradores até a obtenção de fundos estáveis para a realização da pesquisa. Ambos ressaltam as habilidades linguísticas e técnicas que sua profissão exige. Segundo os dicionaristas, além do conhecimento das propriedades inerentes aos níveis de organização da língua (fonético, fonológico, ortográfico, morfológico, sintático, semântico e pragmático), o lexicógrafo deve conhecer a técnica lexicográfica, isto é, dominar os “princípios e praxes estabelecidos ao longo do tempo pela prática lexicográfica” (p. 17), o que inclui também o manejo das atuais técnicas computacionais de compilação de *corpora*. Borba e Villar apontam a obtenção de dados frequenciais sobre usos e acepções de palavras, a fim de constituir a macro e a microestrutura do dicionário, como uma das tarefas fundamentais desempenhadas via *corpora*. Para eles, a medição da frequência e o estabelecimento de critérios para lidar com os dados obtidos, orientando, assim, a organização macro e microestrutural de um

dicionário, dependerão da delimitação do público-alvo e, conseqüentemente, do tipo de obra que se pretende fazer.

A primeira pergunta do capítulo 2, pertencente às “questões teóricas genéricas”, rememora um dilema vivido pela lexicografia até pouco tempo atrás e que ainda não é consenso entre os pesquisadores: ela é uma técnica ou uma ciência? Maria Cândida Trindade Costa de Seabra lembra que, até a metade do século XX, a lexicografia era definida como “a arte de compor dicionários” (p. 29). Somente a partir dos anos 60 a lexicografia passou a ser vista no âmbito da Linguística. Para a estudiosa, a lexicografia é uma “disciplina linguística de caráter científico” (p. 30) pertencente à Linguística Aplicada, já que congrega aspectos teóricos e práticos do fazer dicionarístico, opinião corroborada por Herbert Andreas Welker. Segundo o pesquisador, a prática lexicográfica propriamente tal corresponde à parte técnica da lexicografia (lexicografia prática), ao passo que os estudos sobre essa atividade constituem sua parte científica (lexicografia teórica).

Seabra e Welker mencionam o status de autoridade que uma comunidade linguística confere a dada obra lexicográfica. Os dicionários gerais são aqueles que mais desfrutam dessa confiança. O principal objetivo desse tipo de dicionário é a descrição exaustiva da língua a que se refere. No Brasil, temos três grandes dicionários gerais, o Aurélio, o Houaiss e o Michaelis. A questão proposta aos estudiosos é se esses dicionários devem apenas descrever os usos mais frequentes do léxico de uma língua ou também apontar os usos da “língua considerada padrão” (p. 31). Seabra inicia sua explanação afirmando que o status de autoridade que os dicionários gerais possuem numa comunidade linguística implica que, além de apontarem as formas padrão, descrevam os usos lexicais mais frequentes, característica que, conforme Welker, é inerente aos grandes dicionários gerais, tendo em vista o principal objetivo desse tipo de obra. Se considerarmos, no entanto, que os textos que mais constam nos *corpora* a partir dos quais muitos dicionários são elaborados são amostras da chamada “língua padrão”, como os textos jornalísticos, por exemplo, o registro dos usos mais frequentes se referirá, conseqüentemente, aos usos da própria “língua padrão”, o que torna incoerente a dicotomia proposta pela pergunta feita à Seabra e Welker, a não ser que o conceito de “uso mais frequente” tenha sido entendido como a *norma real* (Coseriu, 1980) da língua e o de “língua padrão” como a *norma ideal* (ibid) da mesma.

Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa e Claudia Zavaglia foram encarregadas de falar sobre os critérios de registro da homonímia nos dicionários gerais. A questão que abre a seção “questões teóricas específicas”, no capítulo 2, baseia-se na concepção de que, geralmente, os homônimos, dada sua diferenciação etimológica, são lematizados nos

dicionários como entradas distintas, diferenciando-se das polissemias, cujos vários significados estão dentro do mesmo verbete. No entanto, como, normalmente, os consulentes não possuem conhecimento acerca da etimologia das palavras, esse critério de lematização da homonímia seria irrelevante.

Ao estabelecer a disposição lematizada de um dicionário, o lexicógrafo deve pensar em soluções lexicográficas para as palavras que apresentam múltiplos significados, ou seja, decidir se essas acepções devem estar agrupadas em uma só entrada, configurando uma “solução polissêmica”, ou se devem integrar entradas separadas, caracterizando uma “solução homonímica”. Considerando que a língua pode ser abordada, entre outros, nos eixos de sua diacronia ou de sua sincronia, o critério que determinará a adoção de uma ou outra solução poderá ser etimológico (perspectiva diacrônica), semântico ou morfossintático (perspectiva sincrônica).

Conforme assinala Murakawa, embora seja ainda o mais utilizado no Brasil e em Portugal, o critério etimológico de seleção macroestrutural qualitativa não é consenso entre os lexicógrafos, uma vez que “um repertório sincrônico não poderia ser explicado por uma língua funcional anterior” (p. 39), além de ser bastante impreciso determinar, com certeza, o étimo de uma palavra. Murakawa e Zavaglia indicam que há uma tendência na lexicografia contemporânea em utilizar o critério de afinidade semântica para proceder com o registro da homonímia nos dicionários. Assim, “unidades com a mesma grafia, distintas em seu aspecto significativo, devem ser consideradas duas entidades linguísticas distintas” (p. 40), independente de sua origem etimológica. Dessa forma, a decisão proveniente desse critério metodológico, no âmbito da prática lexicográfica, corresponde ao que chamamos anteriormente de “solução homonímica”, podendo ou não coincidir como o que, lexicologicamente seja um homônimo.

Zavaglia ressalta pertinentemente a complexidade do tratamento lexicográfico da homonímia e a falta de maior precisão por parte dos lexicógrafos em definir o que entendem por homonímia e como irão tratá-la, deixando isso claro ao consulente, já no prefácio da obra. Esse tratamento inclui também as informações a serem apresentadas sobre a homonímia. Para Murakawa, ele dependerá do tipo de dicionário. Segundo sua opinião, a informação etimológica e sobre a história das palavras homônimas (desde sua origem até os dias de hoje) é o que deve ser apresentado em relação à homonímia. No entanto, afirma que essas informações só seriam pertinentes em dicionários etimológicos e históricos. Zavaglia, por sua vez, sem mencionar a que tipo de obra se refere, elenca como informações importantes acerca dos homônimos, a indicação etimológica (quando as formas provêm de étimos diferentes), a

datação, a informação gramatical, a rubrica (delimitação da área de uso), a remissiva, a definição e a ilustração (contexto de uso, obtido mediante uso de *corpora*).

Considerando que nem todos os consulentes têm a consciência da etimologia do léxico de sua língua, aspecto gerador da pergunta feita à Murakawa e Zavaglia, e as respostas oferecidas pelas pesquisadoras, mais uma vez podemos perceber o quão importantes são a definição do perfil de usuário e a função do dicionário para orientar o lexicógrafo na escolha de metodologias de tratamento do léxico de uma língua. Assim, podemos dizer que, lematizar palavras homônimas em entradas separadas, por meio do critério etimológico, seria útil para um perfil de usuário mais especializado. Se considerarmos, no entanto, o usuário comum da língua, o uso do critério diacrônico não seria o mais indicado, mas sim o critério semântico, de ordem sincrônica.

Para responder a pergunta sobre a relevância da inclusão de exemplos e abonações, considerando os diferentes tipos de dicionários, foram convidadas Ieda Maria Alves e Aparecida Negri Isquerdo. As respostas de ambas nos mostram que a inserção de exemplos e abonações nos dicionários, de modo geral, é extremamente relevante. Alves inicia sua explanação apontando a mudança na função dos exemplos e abonações. Segundo a autora, antigamente, eles provinham de textos literários e serviam para orientar os falantes quanto ao modelo de “bom” uso da língua. Hoje, por outro lado, ilustram e completam as definições, auxiliando a sua compreensão, opinião partilhada por Isquerdo. Pode-se concluir, assim, que os exemplos ainda são modelares, mas em outro sentido. Se antes eram usados com o objetivo de ditar como deveria ser usada a língua, hoje são incluídos nas obras com o propósito, ainda que nem sempre plenamente satisfeito, de atestar seu uso, comprovando o funcionamento da *norma real* do idioma.

A respeito dos critérios que deveriam orientar o lexicógrafo na inserção de arcaísmos, palavras raras ou desusadas em dicionários gerais, Murakawa diz que, como esses tipos de palavras encontram-se na variedade diacrônica da língua, o dicionarista deve trabalhar com perspectivas temporais distintas a fim de identificar, “através de marcas linguísticas diacrônicas ou temporais” (p. 50), palavras e usos que já não fazem mais parte da *norma real* da língua. De acordo com a pesquisadora, a grande dificuldade para o lexicógrafo é delimitar como e quando uma unidade lexical deixou de ser usada. Para realizar tal tarefa, cita a utilização de *corpus* e dos dados frequenciais dele obtidos como um subsídio possível. Além disso, a autora salienta, apropriadamente, que, marcar palavras ou acepções como desusadas não significa dizer que estão “mortas”, o que não impede que voltem a ser usadas, mesmo que por poucos falantes. Murakawa defende que a marcação temporal esteja assinalada no signo-

lema e em suas acepções, assim como venha acompanhada do contexto que registre a data em que tal lema ou acepção foi empregado.

Ainda acerca da temática dos arcaísmos, palavras raras ou desusadas, José Horta Nunes afirma que os critérios para sua inserção em dicionários gerais dependerão do tipo de dicionário geral que se pretende produzir. No entanto, assegura que, em geral, devem ser considerados os aspectos da historicidade, da documentação, da formulação e da circulação dessas unidades do léxico. O pesquisador acrescenta que, se possível (se houver espaço), o dicionário pode ainda trazer informações mais detalhadas sobre a formação dessas palavras (propriedades fonéticas, ortográficas, morfológicas etc). Além disso, sugere que a obra poderia trazer informações que refletissem as dimensões textuais, discursivas e enunciativas dos arcaísmos. É importante salientar que o pressuposto importantíssimo no qual está baseada a resposta de Nunes é que uma obra lexicográfica que abranja as características as quais o pesquisador enumerou só é possível se, antes, for realizada a análise destas no *corpus* que a originou, posto que uma das funções dessa ferramenta é indicar tendências sobre o uso da língua em determinado recorte temporal.

As linguístas Suzana Cardoso, Yêda Pessoa de Castro e Aparecida Negri Isquendo respondem sobre os critérios de inserção e informações a serem apresentadas sobre lusitanismos, africanismos e regionalismos nos dicionários gerais. Cardoso inicia sua explanação afirmando que é preciso discutir o que se entende por lusitanismo, africanismo e regionalismo, posto que muitas palavras que assim seriam classificadas, para o “usuário comum da língua” (p. 57), não são assim marcadas, ao contrário de outras formas. Para a autora, no que tange aos lusitanismos e aos africanismos, a cronologia de incorporação e, por conseguinte, de uso dessas palavras atestados por fontes cientificamente confiáveis (em projetos como o NURC, VARSUL, PEUL, citados por Cardoso) é um critério importantíssimo para a decisão sobre a incorporação ou não desses itens lexicais num dicionário. Para orientar a inserção dos regionalismos em dicionários gerais, Cardoso agrega ainda outros dois critérios. O primeiro refere-se à classificação dos regionalismos por área. A pesquisadora assinala que, muitas vezes, a classificação de palavras como exclusivas de uma única região, quando fazem parte de outras também, pode empobrecer a marcação diatópica na obra lexicográfica. O segundo critério elencado é o reconhecimento de uma palavra como regionalismo. Conforme Cardoso, existem casos de palavras marcadas como regionalismos, quando, na verdade, correspondem à arcaísmos da língua portuguesa. Podemos pensar, então, que, em relação a esses dois critérios, a função da análise de *corpora* confiáveis também é de fundamental importância, assim como para a confirmação de lusitanismos e africanismos.

Cardoso elenca como informações importantes a serem oferecidas sobre lusitanismos, africanismos e regionalismos, a indicação da grafia (e possíveis variantes, ortográficas e/ou fonéticas) da palavra em questão, sua etimologia, abonações datadas e, sempre que possível, a fraseologia na qual a palavra está inserida. Para os regionalismos, agrega a informação sobre a região onde é usada a palavra, dado que pode ser obtido da consulta aos oito atlas linguísticos regionais já disponíveis no Brasil (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Bahia, Sergipe e Paraíba) e aos glossários regionais.

Aludindo apenas aos africanismos, Yêda Pessoa de Castro arrola quatro critérios que evitariam equívocos de registro dessas palavras nos dicionários, a saber, a confirmação destas em fontes fidedignas, a verificação dos aportes de línguas ameríndias quando são de matriz africana, evitar a tendência em assinalar como da língua iorubá palavras de contextos religiosos afro-brasileiros de língua *jeje-fon* e, por fim, normatizar a ortografia desses aportes. Castro elenca como informações importantes sobre os africanismos a indicação de seus aportes correntes na linguagem religiosa afro-brasileira, na de uso geral na língua portuguesa (ou apenas no português brasileiro) ou na linguagem regional. Além disso, menciona o registro da evolução semântica dessas palavras no português brasileiro, bem como a sua definição como aportes lexicais, isto é, como já pertencentes ao léxico da língua portuguesa. Por fim, afirma que os africanismos devem ser marcados como *banto*, sem especificações do tipo *do quimbundo ou quicongo*, havendo um verbete para tal palavra.

Aparecida Negri Isquierdo, por sua vez, menciona o público-alvo e a função da obra como elementos decisivos na seleção macroestrutural quantitativa dos itens lexicais lusitanos, africanos e regionais e também na seleção de suas marcas de uso. Conforme a estudiosa, o desafio para o lexicógrafo seria buscar o equilíbrio quanto ao percentual de lusitanismos, africanismos e regionalismos a ser inserido no dicionário e definir os critérios para classificação dessas unidades do léxico e suas respectivas fontes. O critério de uso deve guiar a seleção macroestrutural também nesses casos. O quesito de frequência, portanto, ainda é o mais preciso, devendo apoiar-se numa base textual sólida, representativa e confiável da língua, abarcando textos de diferentes tipologias, inclusive orais, produzidos em diferentes partes do Brasil. No caso dos lusitanismos, o critério de identificação deve ser o contraste entre *corpora* do português lusitano e do português brasileiro. No que diz respeito aos regionalismos, além do contraste, apresenta-se como desafio delimitar o “ponto de referência” (p. 60) que define um termo como regional, uma questão delicada que, conforme Isquierdo, envolve inclusive questões de política linguística. Em relação aos africanismos, que, segundo se pode perceber nas respostas oferecidas, parecem ser as unidades lexicais, entre os

lusitanismos e os regionalismos, de marcação mais complexa, Isquierdo afirma que estudos recentes de pesquisadores brasileiros têm oferecido novos rumos para identificação e caracterização desse tipo de item lexical.

Sobre as informações importantes a respeito dos lusitanismos, africanismos e regionalismos, a autora aborda a questão de uma perspectiva distinta da de Cardoso e Castro, que responderam as perguntas considerando a inserção dessas palavras como parte de um problema macroestrutural qualitativo. Inquerdo, entretanto, trata o assunto como problema microestrutural. A pesquisadora argumenta que, se considerarmos o pressuposto de que a microestrutura de um dicionário deve oferecer dados suficientes que permitam ao consulente a compreensão das diversas acepções incluídas na definição e se a macroestrutura da obra proveio de uma rica base textual (registros escritos e orais, consulta a atlas e glossários linguísticos etc.), sendo selecionada mediante o critério de frequência, caberá à equipe selecionar como exemplos aqueles que melhor elucidem a definição proposta, confirmando seu uso.

Nelly Carvalho e Carlos Alberto Faraco falam sobre os critérios de inserção e informações de estrangeirismos em dicionários gerais. Carvalho elenca como critérios de inserção a frequência de uso desse tipo de palavra na língua comum, não só na língua de especialização, e o sentido consensual entre os falantes. Como informações necessárias sobre os estrangeirismos, a pesquisadora menciona a datação de entrada da palavra na língua, o que conferiria ao dicionário geral, sincrônico, um traço de diacronia. A categoria gramatical, a língua de origem, o campo de aplicação pelo qual entrou na língua, forma de adoção (adaptações fonéticas, adoção da forma original ou tradução), indicação sobre se já forma derivados vernáculos e se forma feminino ou plural de maneira vernacular são informações que a autora também considera pertinentes a serem apresentadas num dicionário geral.

Segundo Faraco, não se pode delimitar em que circunstâncias os falantes adotarão palavras de outras línguas e quais serão essas palavras. Além disso, uma vez adotada uma palavra, os seus rumos na língua também são imprevisíveis: ela pode ser abandonada em seguida (*saison*) ou pode ser “nativizada” (p. 64) diretamente (*futebol, deletar*), submetida a ajustes fonológicos e/ou morfológicos da língua-meta (assumindo ou não sua ortografia), pode ser nativizada por decalque de forma (*centroavante*, do inglês *center-forward*) ou de significação (*assume* com sentido de *pressupor*, do inglês *to assume*). Além desses caminhos, uma palavra emprestada pode ainda substituir uma expressão já em uso (*táxi* substituiu *carro de praça* e *automóvel de aluguel*) ou provocar a criação de uma palavra nova (*motorista* surgiu para substituir *chauffeur*, que convive até hoje com a forma aportuguesada *chofer*).

A resposta de Faraco evidencia um dos grandes temas em lexicografia, ou seja, quando lematizar um estrangeirismo. Considerando que “os dicionários nunca vão *a priori* fixando a língua, mas são sempre uma instância *a posteriori* do fato linguístico, registrando-o” (BUGUEÑO MIRANDA, 2007), a postura comumente adotada pelos dicionaristas é bastante cautelosa. A conduta da Real Academia Española é um dos exemplos mais ilustrativos dessa prudência. Nesse sentido, o linguísta diz que é recomendável que não haja pressa na inserção de palavras estrangeiras nos dicionários cuja lematização deve ocorrer apenas quando se tenha certeza de sua plena incorporação no léxico da língua, o que já os confere um status diferenciado, o de empréstimos. O aferimento desse aspecto, segundo Faraco, pode ser realizado pela análise dos dados frequenciais das palavras em estudo, por sua capacidade de formar derivados (*internet, internetês, internauta*) ou pela ampliação de seu alcance semântico (*deletar*, por exemplo, já não se restringe mais ao âmbito computacional).

Faraco defende que o ideal é que o estrangeirismo entre nos dicionários já com sua forma aportuguesada. Contudo, reconhece que esse ideal nem sempre é viável, seja porque a forma gráfica resiste na língua (*show, pizza*), seja porque o VOLP admite a forma gráfica original e a aportuguesada (*layout* ou *leiaute*). Não havendo forma aportuguesada, o linguísta afirma que o dicionário deve oferecer informação sobre a pronúncia. Entretanto, é possível questionar se essa pronúncia deva ser a correspondente à língua de origem da palavra estrangeira, posto que, embora a grafia permaneça a mesma em alguns casos, a pronúncia é geralmente aportuguesada (*outdoor*, por exemplo, seria pronunciado mais ou menos como [aw□i´d□□]). Em casos assim, o registro de amostras de língua oral num *corpus* poderia oferecer subsídios, como os dados de frequência, para a escolha entre a informação da pronúncia da língua de origem ou sua adaptação.

Em consonância com as informações sobre a pronúncia, Faraco enumera a classe gramatical (acrescentando o gênero e a formação de plural nos substantivos), a língua de origem e a datação como informações pertinentes em relação aos empréstimos. Além disso, salienta que as significações devem ser abonadas com exemplos reais e, sempre que possível, devem ser apresentados equivalentes vernáculos para que o falante possa optar por que forma utilizar. Seria conveniente considerar, tendo em vista, assim como dito anteriormente, que o dicionário registra o fato linguístico posteriormente ao seu uso entre os falantes, que, informar o consulente sobre um equivalente vernáculo não orientará sua escolha, ao menos na oralidade, entre este e o empréstimo, uma vez que, ao consultar o dicionário, o usuário já fez essa opção.

O tema da inclusão de neologismos em dicionários gerais coube a Ieda Maria Alves e José Horta Nunes. Alves ajuíza que, se um dos objetivos de um dicionário geral é refletir o desenvolvimento linguístico de uma sociedade, é sempre necessária a inclusão de neologismos nessas obras. Conforme a autora, os dicionários contemporâneos do português brasileiro marcam de maneira sistemática os neologismos provenientes de estrangeirismos (*fast-food*, por exemplo). Retomando implicitamente a ideia do status de autoridade que um dicionário representa para uma comunidade linguística, afirma que, para os usuários, um item lexical neológico ganha o “direito” (p. 70) de ser usado quando lematizado pela obra lexicográfica. No entanto, esse “direito de uso” outorgado aos neologismos pelo dicionário, foi, antes, concedido pelos próprios falantes, motivo pelo qual passou a ser lematizado. Entretanto, embora tenham, muitas vezes, consciência de que usam palavras ou acepções neológicas, para os falantes, que necessitam suprir seu *anseio normativo* (ZANATTA, 2010), o reconhecimento desse uso pela obra lexicográfica é bastante significativo.

Alves observa ainda que, ao integrarem a macroestrutura do dicionário geral, os neologismos devem ser tratados segundo os parâmetros microestruturais estabelecidos para a obra em questão, devendo ser enfatizados, no entanto, seus traços de inovação morfossintática e/ou semântica. Ao constituírem a macroestrutura de um dicionário, os neologismos deixam de ser neologismos para integrarem do léxico da língua. É coerente tratá-los, então, nesse sentido, de acordo com o que afirmou Alves, como as demais palavras arroladas na obra lexicográfica. Ressaltar suas características de inovação lexical, no entanto, é seguir marcando os neologismos como tais.

José Horta Nunes assevera que a situação dos neologismos pode ser considerada instável, posto que, além de não estarem nos dicionários, estão em processo de inserção na língua. Para o autor, sua lematização no dicionário vem a estabilizar esse “estatuto errante” (p. 68). Como critério comumente utilizado pela lexicografia, menciona o tratamento dos neologismos desde um ponto de vista que considera seus processos de inserção e generalização na língua, citando como exemplo o Aurélio.

Nunes observa que, como os neologismos também possuem uma instabilidade discursiva, isto é, os sentidos ainda não estão totalmente sedimentados, as múltiplas formas de interpretação dos mesmos podem gerar problemas no resultado da obra lexicográfica. Para ilustrar, o estudioso cita a definição do Houaiss (2001) para o verbete *hip-hop*: “movimento cultural da juventude pobre de algumas cidades norte-americanas que se manifesta de formas artísticas variadas (dança, *rap*, grafites etc.)” (Houaiss, *s.v. hip-hop*). O equívoco apontado foi o de que a significação da palavra não foi atualizada para a cultura brasileira. Haveria então

uma incoerência em jogo: se a lematização do neologismo é o reconhecimento de seu pertencimento à língua, a definição deveria refletir também esse fato. Foi ignorado, assim, que o *hip-hop* é um movimento cultural, originado sim da juventude pobre norte-americana, mas que hoje é amplamente praticado por pessoas de diversas idades, classes sociais e países.

A respeito das informações a serem apresentadas sobre os neologismos, Nunes acredita que um dicionário geral deva considerar os domínios os quais se destacam na produção de neologismos. Conforme observa, atualmente a lexicografia se depara com a diversificação e movimentação de grupos sociais em conjunto com as transformações políticas, administrativas e tecnológicas, fatores que geram novos domínios produtivos de neologismos (informática, ecologia, ciências, artes etc.). Deve-se, então, criar condições para a coleta e tratamento dessas novas realidades da língua para que sejam elaboradas daí as descrições a serem incluídas no dicionário. Além da informação de ordem ortográfica e da nova significação, o pesquisador elenca como importantes as informações sobre os processos de formação neológica, o registro da datação, a marcação do domínio de especialidade. Quando possível, afirma que seria conveniente apresentar sinônimos e comentários enciclopédicos e, finalmente, mas não menos importantes, informações contidas no prefácio da obra sobre os domínios neológicos.

A inserção de antropônimos e topônimos em dicionários gerais, normalmente, acontece em casos específicos, como, por exemplo, quando há variação da ortografia (München / Munique). Patrícia de Jesus Carvalhinhos assinala que o critério de produtividade na língua, comumente utilizado para seleção macroestrutural dos dicionários, não se aplica à onomástica (toponímia e antroponímia). A autora relembra que, em geral, a onomástica não figura nos dicionários em entradas independentes, encontrando-se na microestrutura de outros signos- lema, como, por exemplo, de adjetivos gentílicos, ou, no caso dos antropônimos, de neologismos (em *ricardão*, por exemplo). Portanto, a pesquisadora aborda a questão como um problema macroestrutural quantitativo e qualitativo para o lexicógrafo. Se não é possível lematizar todos os topônimos e antropônimos, quantos e quais selecionar é a pergunta que o lexicógrafo deve fazer-se para definir sua metodologia de tratamento desses itens do léxico, deixando-a clara ao consulente. Carvalhinhos acredita que a explicitação do tronco, da família linguística a que pertence o topônimo e a sua localização geográfica são informações pertinentes a serem oferecidas por um dicionário geral.

Claudio Cezar Henriques assevera que o lugar dos antropônimos e dos topônimos não é nos dicionários gerais, mas sim em dicionários os quais chama “específicos”. Entretanto, afirma que, caso se opte por sua inclusão em um dicionário geral, um critério de orientação

para esse fim, bastante original, a propósito, seria incluir aqueles registrados em “publicações gerais” (p. 75) escritas, como, por exemplo, para o caso dos antropônimos, listas telefônicas de cinco capitais brasileiras, estabelecendo, claro, um número mínimo de ocorrências para sua inclusão na macroestrutura da obra. Sobre esse tipo de unidade lexical, considera importante apresentar informações relativas à sua formação, etimologia, e, quando necessário, pronúncia. Sobre a toponímia, afirma ser importante informar o consulente, além dos itens elencados para os antropônimos, a localização geográfica, os dados políticos, econômicos e históricos. O pesquisador defende também a lematização da toponímia no dicionário geral deve seguir a divisão proposta pelo *Vocabulário onomástico da língua portuguesa*, obra de 1999 da Academia Brasileira de Letras.

Após o tema da onomástica, segue-se o da fraseologia (fraseologia popular, colocações e fraseologia especializada), tema cuja ampla literatura a respeito revela sua complexidade e, em razão disso, o pouco consenso entre os teóricos, uma vez que pode ser encarado segundo diversas perspectivas (gramaticais, semânticas, pragmáticas, culturais, discursivas etc).

Ao desenhar um dicionário de viés semasiológico, o lexicógrafo encontra-se frente a uma dicotomia: ao mesmo tempo em que a obra é estruturada com ênfase na *técnica livre do discurso* (COSERIU, 1980), é preciso lidar com a existência do *discurso repetido* (*ibid*) como fato ontológico da linguagem. Em outros termos, embora palavras como *rodar, ir, bater, nascer, morrer, baiana, mala, botas, gelado*, por exemplo, façam parte da “técnica livre” da língua portuguesa, podendo compor a macroestrutura de um dicionário, a realização dessas mesmas palavras em formações como *rodar a baiana, ir de mala e cuia, bater as botas, estupidamente gelado, o que nasce torto morre torto*, passa a fazer parte do “discurso repetido” do português e precisa de alguma maneira estar no dicionário. Essas construções são consideradas, devido a sua tendência em realizarem-se juntas, como Unidades Fraseológicas (doravante UFs).

Do ponto de vista metodológico, formas como as citadas acima apresentam peculiaridades que as tornam pertencentes a sub-grupos de UFs. Contudo, delimitar todos os padrões combinatórios de uma língua, demarcando fronteiras entre eles é, reconhecidamente, pela literatura sobre os estudos fraseológicos, uma tarefa bastante difícil, exigindo dos pesquisadores em fraseologia, inclusive dos lexicógrafos, um posicionamento teórico-metodológico bem definido.

As considerações sobre o tema da inserção da “fraseologia popular (gíria, palavrões, idiomatismos etc)” (p. 79) em dicionários gerais ficou ao encargo de Maria Luisa Ortíz Alvarez, Eva Maria Ferreira Glenk e José Pereira da Silva. Ortíz Alvarez começa sua

explicação referindo-se à autoridade que o dicionário representa para os falantes, que recorrem a ele para sanar dúvidas sobre o léxico, gramática e fonética. No caso da fraseologia, embora já existam dicionários específicos, a pesquisadora ressalta que seu acesso é difícil, o que faz com que os usuários recorram também aos dicionários gerais para informar-se sobre esse tema. Isso não seria necessariamente um problema não fosse a desorganização conceitual e metodológica no tratamento das UFs nos dicionários a qual se refere Ortíz Alvarez, resultado da ausência de uma taxonomia que permita ao lexicógrafo visualizar o assunto em seu aspecto lexicológico e, ao mesmo tempo, que o subsidie na elaboração de uma metodologia de análise e lematização desses itens do léxico que seja coerente com o perfil de usuário e a função da obra pretendidos.

A pesquisadora oferece um excelente panorama sobre como a fraseologia deveria ser tratada pelos dicionários gerais, abordando inúmeros aspectos que considera importantes a esse respeito. Entre eles, além dos componentes microestruturais canônicos (exemplos, marcas de uso e qualidade e tipologia das definições) e aqueles referentes à etapa “pré-dicionário” (a definição do perfil de usuário, a constituição de *corpora* diversificados e o estabelecimento de critérios para seleção macroestrutural), foram elencados por Alves algumas informações especificamente para o caso da fraseologia, a saber, a marcação da tipologia de que fazem parte as combinatórias, o que implica que seja elaborada uma taxonomia de UFs, a delimitação de um critério de busca eficiente (como, por exemplo, o registro a partir da palavra com maior “força semântica” na expressão ou seguindo dada ordem gramatical – substantivo, verbo, adjetivo etc), a remissão à sinonímia, a redação dos verbos no infinitivo apenas quando há a possibilidade de conjugação destes em número e pessoa e, vedada essa possibilidade, a redação dos verbos deve ser feita no número e pessoa em que são usados.

Eva Maria Ferreira Glenk afirma, apontando para os diversos tipos de combinatórias léxicas os quais fazem parte da fraseologia, que o dicionário geral deve dar atenção para a fixidez e a idiomaticidade, características principais dessas unidades do léxico. Para a pesquisadora, esse tipo de dicionário deveria oferecer informações sobre as estruturas internas e externas das UFs. Além de seu significado, suas possibilidades transformacionais e combinatórias deveriam ser informadas, assim como as marcações de uso (formal, informal, regional, língua geral, língua de especialidade, eufemístico, jocoso, tabuístico etc.).

José Pereira da Silva afirma que os itens que conformam o *discurso repetido* de uma língua, a rigor, não seguiriam a progressão alfabética do dicionário geral. Dessa forma, aponta o critério de lematização adotado pelo *Tesouro da fraseologia brasileira*, obra de Antenor

Nascentes, como o mais adequado no que diz respeito à inclusão da fraseologia popular em dicionários gerais. No *Tesouro*, os fraseologismos têm entrada pela palavra principal da unidade de acordo com uma ordem de preferência: substantivo (ou palavra substantivada), verbo, adjetivo, pronome e advérbio. Silva ressalta a importância das informações do âmbito de uso das unidades fraseológicas lematizadas (lugares e situações em que o uso seja adequado), especialmente daquelas correspondentes a tabuísmos e gírias.

Para falar sobre como os lexicógrafos poderiam descrever satisfatoriamente as colocações, foram encarregados Stella Tagnin e Oto Araújo Vale. Tagnin começa a responder definindo as colocações como “combinações lexicais recorrentes, arbitrárias, em geral não idiomáticas, cujos constituintes são contextualmente restritos.” (p. 87). Por “recorrentes”, entenda-se, conforme a autora, itens que co-ocorrem com maior frequência do que em uma combinação aleatória. A arbitrariedade, para ela, refere-se à falta de evidência semântica que justifique a co-ocorrência (“por que dizemos que uma galinha *bota ovos* ou *põe ovos*, mas não **coloca ovos*, se *botar*, *pôr* e *colocar* são sinônimos em outros contextos?”). Tagnin justifica a classificação das colocações como não idiomáticas porque, em geral, seu significado total pode ser determinado pelo significado dos parceiros colocacionais. Por fim, chama-as de contextualmente restritas porque a ocorrência de um item determina a co-ocorrência de outro (*copiosamente determina chorar*, por exemplo).

O modo de acesso às colocações, para Tagnin, dependerá se o dicionário será para produção textual ou para recepção. No primeiro, as colocações devem, segundo a autora, ser lematizadas pela base. Já no segundo, a lematização pela palavra base deverá contar também com um índice remissivo que contenha os colocados para as bases arroladas. Dentro do verbete, a pesquisadora elenca como informações importantes: a categoria gramatical, os colocados usuais, a separação por sentidos distintos, as restrições de uso, a prosódia semântica (sentido positivo, negativo ou neutro) e a abonação.

Oto Araújo Vale, se apoia na definição de colocação proposta por Mel’cuk, André Class e Alain Polguère no livro *Introduction à la lexicologie explicative et combinatoire* por considerá-la apropriada para a lexicografia. Segundo esses autores, uma colocação é “uma associação convencional de palavras que deve ser aprendida como tal e cuja construção, apesar de ser composicional, não pode ser prevista” (p. 89). Para Vale, o lexicógrafo tem como desafio a metodologia de descrição das combinatórias colocacionais de modo à torná-la evidente no dicionário. O autor aponta uma falha na maneira como atualmente procedem os dicionaristas, isto é, registrando cada uma das colocações como subentrada do termo núcleo. Conforme Vale, esse método impede que entrem na lista colocações combinadas, como *vinho*

verde tinto, vinho verde branco, vinho tinto suave (em comparação às colocações *vinho tinto, vinho branco e vinho suave*). Não fica claro, no entanto, se, para Vale, o problema verificado vincula-se à estrutura de acesso das colocações ou ao reconhecimento dos parceiros colocacionais.

O tema dos termos e da fraseologia especializada foi tratado por Gladis Maria de Barcellos Almeida e Maria José Finatto. Almeida considera que, uma vez sendo objetos culturais de uma sociedade, os dicionários gerais devem registrar o léxico especializado a ela pertencente. Como esse tipo de léxico é diferente dos signos empregados na língua comum, a constituição de *corpora* é fundamental. Conforme a autora, esses *corpora* devem conter textos dos gêneros científicos de divulgação, informativos, instrucionais e publicitários. Após a construção dos *corpora*, os critérios que, integrados, orientariam a inserção dos termos e da fraseologia de língua especializada nos dicionários seriam, segundo Almeida, o de frequência, o da relevância semântica no âmbito da especialidade a que se aplicaria e a pertinência de determinado domínio do saber para a atualidade. A autora elenca como informações obrigatórias sobre os termos e a fraseologia especializada o termo de entrada, a etimologia, a categoria gramatical, a regência dos verbos, as marcas de uso (domínio do saber em que se inserem), a definição do termo em seu âmbito de uso e a abonação. Como informações não obrigatórias, cita a pronúncia e a remissiva.

Maria José Finatto afirma que a fraseologia especializada deve ser inserida num dicionário geral conforme as necessidades de seu público-alvo. Finatto aponta a indicação da ciência/área de recolha do termo e a situação em que dado termo pode ser empregado (em um ou mais domínios, como *vírus*, por exemplo) como informação importante a ser fornecida ao consulente, além dos componentes canônicos da definição. A serviço do perfil de usuário, a linguísta menciona coerentemente que seria pertinente verificar num *corpus* de linguagem jornalística de divulgação científica composto por jornais de grande circulação, quais os termos atualmente mais frequentes na linguagem cotidiana, pois seriam esses os termos, e não outros, mais específicos, a serem incluídos e marcados no dicionário geral.

Para concluir os temas da seção “questões teóricas específicas” do segundo capítulo, foi solicitado que Magali Sanchez Duran e John Robert Schmitz falassem sobre o que distingue um dicionário bilíngue de codificação (DBC) de um dicionário bilíngue de decodificação (DBD). Para Duran, ambos diferenciam-se em relação à direção da busca e quanto à definição macro e microestrutural. Um DBC, dicionário usado para produzir linguagem, é onde o usuário, a partir de sua língua materna (LM), busca como expressar-se em língua estrangeira (LE), o que determina que a direção desse dicionário seja do tipo LM-LE. Por outro lado, um

DBD, dicionário para receber linguagem, é usado pelo consulente para buscar os significados, na sua LM, de palavras e expressões em LE, tendo como direção o tipo LE-LM. Em relação a macroestrutura desses dois tipos de dicionários, o DBC necessita de menos signos-lemma, ao passo que o DBD precisa de mais. Microestruturalmente, um DBC deve conter equivalentes na LM do consulente para cada definição, informações gramaticais, exemplos, marcas e notas de uso. Já um DBD deve conter todas as possíveis acepções do signo-lemma, expressões idiomáticas, palavras compostas e derivadas e equivalentes com breves definições na LM do usuário.

Duran lembra que já é reconhecido pelos lexicógrafos que dicionários polifuncionais não são eficientes. Sendo assim, é desaconselhado que seja feito um dicionário bilíngue que pretenda atender a dois tipos de perfil de usuário (o falante de dada língua como LM e o aprendiz de dada língua como LE), que, obviamente, possuem necessidades distintas, e a duas funções linguísticas (recepção e produção). Segundo a autora, o ideal é que sejam produzidos dicionários bilíngues, de codificação e decodificação, específicos para os falantes nativos de cada idioma. Caso se opte por incluir as duas funções na obra (recepção e produção), esta deve refletir a diferença entre as direções LM-LE e LE-LM no que diz respeito à constituição macro e microestrutural de cada uma delas.

John Robert Schmitz não apóia os termos codificação e decodificação, pois isso seria conceber a aprendizagem de LE como se fosse a elaboração de um código cujo objetivo é esconder conteúdos propositalmente e impossibilitar a sua “quebra”. O autor prefere chamar as funções de codificação e decodificação de produção e recepção, respectivamente, afirmando, em oposição à observação que Duran fez sobre os dicionários polifuncionais e também a uma prática lexicográfica monofuncional já corrente, que as duas direções de um dicionário bilíngue, servem, igualmente, para ambas as funções (recepção e produção).

Abrindo a penúltima subárea do capítulo dois, intitulada “questões de lexicografia pedagógica”, Maria da Graça Krieger e Herbert Andreas Welker discorrem sobre o objeto de estudo e os princípios norteadores desse campo da lexicografia. Assinalando que a lexicografia pedagógica é ainda pouco conhecida no Brasil, Krieger afirma que seu objeto de estudo ainda está sendo delimitado, não obstante se possa dizer que o foco desse campo da lexicografia esteja sobre os dicionários destinados ao ensino de LM e LE, este último com tradição maior e mais evidente. Nesse sentido, Welker divide a lexicografia pedagógica, à semelhança da lexicografia em si, em prática e teórica. O objeto de estudo daquela é a produção de dicionários pedagógicos, ao passo que o objeto de estudo desta é essa tipologia específica de obra de referência, que, de acordo com os estudiosos entrevistados, devem

considerar, como princípio fundamental, as habilidades, dificuldades e necessidades de consulta dos aprendizes de línguas (materna e estrangeira) em seus diferentes níveis de aprendizagem.

De acordo com Krieger, em geral, qualquer dicionário pode ser didático, visto que traz informações sobre a língua e a cultura de uma comunidade linguística, ensinando o consulente sobre sua língua. No caso da lexicografia pedagógica, no entanto, o interesse volta-se às características de um tipo específico de dicionário, o pedagógico. Para Welker, que acredita que os dicionários não ensinam, mas sim informam sobre dada língua, posição antagônica a de Krieger, um dicionário comum não necessariamente é didático, posto que esse pode não ser o objetivo pretendido. Por outro lado, a boa didática, adequada às necessidades de consulta do perfil de usuário, é *conditio sine qua non* aos dicionários pedagógicos.

Waldenice Moreira Cano e Cristina Pimentel Damim foram convidadas a falar sobre as características macro e microestruturais de dicionários escolares para crianças e jovens. Ambas as linguístas atentam para o fato de que não se sabe, exatamente, qual a densidade macroestrutural ideal para um dicionário escolar. Damim observa, no entanto, que as obras escolares, em geral, apresentam entre 20.000 e 30.000 entradas. Para esta autora, a seleção macroestrutural da obra escolar deve buscar suprir as necessidades de aprendizagem de seu público alvo, incluindo palavras que façam parte das áreas do conhecimento com as quais ele tem contato nas disciplinas escolares. Para isso, Cano aponta a constituição de um *corpus* com amostras de textos extraídos de materiais didáticos e de obras literárias apropriadas à faixa etária do consulente. No caso dos dicionários para jovens, textos jornalísticos e de divulgação científica podem ser inseridos. Sobre a microestrutura, Cano pauta sua resposta na definição como item mais complexo do programa constante de informações da obra, enfatizando o uso de vocabulário de definidores para a constituição das paráfrases explanatórias do dicionário para crianças e a maior precisão conceitual para as paráfrases explanatórias dos dicionários juvenis. Damim, por sua vez, afirma que, em dicionários infantis, o programa constante de informações, dividido em comentário de forma (informações do signo enquanto significante) e comentário semântico (informações do signo enquanto significado), é mais simplificado que nos dicionários juvenis.

Tendo em vista o caráter pedagógico dos dicionários e sua crescente presença no ensino de línguas, Vilson José Leffa, Félix Bugueño Miranda e Maria Cristina Parreira da Silva foram incumbidos de elaborar considerações sobre esse tema. Os três pesquisadores concordam que o dicionário deveria ser utilizado sistematicamente nas aulas de LM e LE. Conforme Leffa, essa ferramenta didática seria mediadora entre o desejo, necessidade ou

intenção pelo conhecimento e sua apropriação final. Para Bugueño Miranda, o uso sistemático do dicionário proporcionaria ao aluno o ganho de competência linguística e o desenvolvimento de sua autonomia de aprendizagem. Entretanto, Leffa e Parreira observam que não basta ter o dicionário, mas deve-se saber usá-lo, tanto alunos quanto (e principalmente) professores. Bugueño Miranda e Parreira ponderam que incluir o dicionário nas aulas de línguas não significa torná-lo objeto de estudo. Essa tarefa, conforme sugerem os pesquisadores, é essencial apenas ao ensino superior da área de letras cujos futuros profissionais devem construir um conhecimento teórico e linguístico sólidos que os permita avaliar as obras lexicográficas conforme suas necessidades de ensino e também de aprendizagem.

Se o uso de dicionários pedagógicos nas aulas de línguas é fundamental, a qualidade desse uso dependerá, além da maneira como é feito, do tipo de dicionário utilizado. Os linguístas entrevistados relembram as diferenças entre aprendizes de LM e de LE (seus conhecimentos prévios diferem, segundo Bugueño Miranda) e, conseqüentemente, entre as obras lexicográficas para um e outro perfil de usuário. Segundo Leffa, as diferenças mais marcantes são a frequência de uso do dicionário (os aprendizes de LE usam mais), a amplitude do léxico (maior para os aprendizes de LE) e as funções de produção e recepção. Além dessas, Bugueño Miranda menciona a característica do *anisomorfismo linguístico* e, finalmente, Parreira aborda a importância da concepção contrastiva de um dicionário para aprendizes de LE.

Para finalizar o capítulo 2, abre-se espaço às “questões políticas” que envolvem a lexicografia. Maria da Graça Krieger e Egon de Oliveira Rangel fazem considerações bastante produtivas a esse respeito. Para que as obras de referência no Brasil sejam mais valorizadas, Krieger defende a prática de uma política linguística de valorização da língua nacional como expressão identitária, entendendo o dicionário como espelho desta. Essa política, a qual Rangel denomina “educação patrimonial”, promoveria o “(re) conhecimento social” (p. 136) da utilidade do dicionário. Além disso, a professora propõe que haja um “selo oficial” nas obras produzidas, isto é, a ação de um órgão efetivamente responsável pela seriedade teórica e metodológica do fazer dicionarístico, à semelhança das academias de letras europeias.

De certa forma, a política proposta pelos entrevistados, segundo suas próprias respostas, já está em andamento, materializada nas iniciativas do PNL D, que, em sua última edição, de 2006, demonstra, segundo Krieger, avanços consideráveis no plano lexicográfico, o que inclui o lançamento do manual didático *Dicionários em sala de aula*, de autoria de Rangel e Marcos Bagno. O leitor poderá ver que, iniciativas como as do Programa Nacional do Livro Didático

(PNLD) e também a formação profissional adequada em lexicografia, são consideradas por Krieger e Rangel maneiras de promover o desenvolvimento da lexicografia, sobretudo a pedagógica, acarretando melhorias para o sistema educacional brasileiro.

Se os dicionários pedagógicos têm sido alvo de incentivos governamentais, o mesmo não se pode dizer sobre as obras terminológicas. De acordo com Lidia Almeida Barros e Anna Maria Becker Maciel, a produção de dicionários terminológicos ainda não ultrapassou os muros da academia. Barros aponta para a vasta produção na área da terminologia (dissertações, teses e projetos de pesquisa) que não se efetiva em publicações editoriais. Em contrapartida, menciona a diversidade de obras terminológicas feitas por especialistas de áreas técnicas e científicas que, no entanto, não possuem formação em terminologia, o que, em certa medida, prejudica o produto, ou seja, o dicionário. Maciel é ainda mais enfática ao afirmar que a produção desse tipo de obra é “reduzida, lacunar e amadorística” (p. 149).

Barros sugere uma série de medidas que poderiam fomentar uma produção organizada de dicionários terminológicos. Entre elas destacam-se a atuação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) como cabeça de uma proposta política que visa à produção de dicionários técnicos e científicos e sua disponibilização de diversas formas, atuando esse órgão governamental como mediador entre autores e editores, apoiando os projetos também financeiramente, se possível. Além disso, a pesquisadora cita como importantes a internacionalização das investigações realizadas pelos grupos de pesquisa brasileiros, o contato com agências de fomento, editoras, empresas de pesquisa (como a Embrapa, por exemplo) e, para verificar as demandas por dicionários, contatar o Ministério das Relações Exteriores. Maciel completa esse panorama idealizando uma obra terminológica disponibilizada gratuitamente via *web*. Nesse material estariam compiladas as produções de equipes acadêmicas. Essa seria uma maneira de superar o desinteresse editorial por esse tipo de obra e, ao mesmo tempo, divulgar e reconhecer o trabalho realizado na academia, tornando-o útil, finalidade da terminologia (assim como da lexicografia) enquanto ciência aplicada.

O capítulo 3, “conversando com usuários”, conclui as entrevistas de *Dicionários na teoria e na prática: como e para quem são feitos*. Os entrevistados, a maioria tradutores, responderam perguntas sobre as dúvidas que os motivam a consultar dicionários, sobre os aspectos que consideram menos satisfatórios em obras lexicográficas, sobre os critérios que utilizam para avaliá-las e, finalmente, por que as consideram importantes. O significado, a ortografia e informações pragmáticas sobre os itens lexicais são os três aspectos que mais provocam as consultas. Além desses, foram mencionadas também as informações sobre

sinonímia, sobre a etimologia, assim como a busca por exemplos e marcações de uso e por questões culturais envolvendo a palavra procurada.

As motivações para a consulta em dicionários estão intimamente relacionadas com a avaliação que os consulentes fazem dessas obras. Um bom dicionário é aquele que esclarece as dúvidas que originaram a busca. Em suas respostas, em geral, os usuários consideram os dicionários de língua portuguesa mais deficitários que os bilíngues ou monolíngues de LE. Foram inúmeros os pontos de insatisfação salientados, nos âmbitos macro e microestruturais, assim como no tipográfico. A pouca objetividade das definições, a inadequação dos exemplos (retirados de textos literários) à sincronia da língua, a falta de critérios para o tratamento da sinonímia e a deficiência na atualização das obras a respeito dos neologismos e dos estrangeirismos foram os principais. A falta de correspondência entre o que a obra almeja e o que realmente realiza, a falta de orientação ao consulente sobre como funciona o dicionário e a ausência do registro das fontes constituintes do *corpus* que originou a obra também foram mencionadas. Carolina dos Santos Carboni e Sue Anne Christello Coimbra reivindicam que sejam produzidos dicionários cujo perfil de usuário seja o tradutor, tendo em vista que possuem necessidades de busca voltadas para uma tarefa bastante específica.

Para avaliar dicionários, os entrevistados elencam como critérios importantes a organização da obra, a acessibilidade, a clareza e a objetividade em sua concepção, sobretudo na elaboração das definições, a origem (autores, editora), a atualização, a existência de um guia para o usuário, a correspondência entre os objetivos da obra e o público ao qual ela se destina, bem como a existência das informações macro e microestruturais que esperam encontrar a fim de esclarecer as dúvidas que os levaram ao dicionário e assim contribuir para o desenvolvimento de suas atividades, questão em que reside o valor dessa ferramenta didática para os consulentes entrevistados.

“Por trás de um dicionário se esconde uma multidão”. É essa afirmação que abre o capítulo final do livro resenhado. A equipe de lexicógrafos, os editores, os metalexicógrafos e o público são essa multidão, cada vez maior, mais especializada e mais distante, em especial lexicógrafos e consulentes. Enquanto aqueles tentam traçar com maior precisão os perfis de usuários para melhor qualificar as obras produzidas, estes, sem saber, são “a razão de ser dos dicionários” (p. 176), desconhecendo, no entanto, os pressupostos que orientam as atividades empregadas na produção das obras destinadas a eles, o que não é nenhum pecado, posto que não é esse seu papel. Contudo, conhecer alguns deles, nem que seja os mais básicos, como o fato de que a definição de um perfil de usuário é o que conduz todas as decisões a respeito do tratamento do léxico num dicionário, poderia auxiliar, entre outros aspectos, na escolha do

dicionário apropriado ao tipo de usuário em que se enquadra e, conseqüentemente, às suas necessidades. É o dicionário que deve adequar-se ao usuário, mas o usuário deve saber reconhecer o seu tipo de dicionário. Nesse sentido, são de suma importância tanto os estudos que objetivam delimitar mais precisamente os diversos perfis de usuários quanto a atividade do professor de línguas como mediador entre os pressupostos lexicográficos e o uso do dicionário em sala de aula.

Dicionários na Teoria e na Prática: como e para quem são feitos comprova que já começamos a construir uma tradição lexicográfica e metalexigráfica em nosso país. Essa obra oferece ao leitor que já possui algum conhecimento na área, um excelente panorama dos principais tópicos do fazer dicionarístico no que toca o trabalho de lexicógrafos, de metalexigráficos e, finalmente, no que tange o uso feito pelos consulentes. Faltou, no entanto, abrir espaço à perspectiva dos editores, que, conforme salientado na conclusão do livro, é muito importante e, ao mesmo tempo, pouco explorada, ficando “entre o entusiasmo linguístico dos lexicógrafos e o senso prático do usuário” (p. 179). Nas respostas contidas na obra resenhada, o leitor poderá ver claramente que a definição do perfil de usuário, a função da obra e a constituição de *corpora* de análise constituem a tríade na qual se baseia a lexicografia moderna. Além disso, é muito significativo o foco na dimensão aplicada da lexicografia, sobremaneira nas seções “questões de lexicografia pedagógica” e “questões políticas”, em que se percebe o empenho e o comprometimento em tornar os dicionários cada vez mais úteis e adequados aos usuários e suas demandas.

Dicionários na Teoria e na Prática: como e para quem são feitos: a multidimensionalidade da lexicografia em evidência.

REFERÊNCIAS

1. BUGUEÑO MIRANDA, Félix. O que o professor deve saber sobre a nominata do dicionário de língua. *Revista Língua e Literatura*, Ano 6 e 7, n. 10/11, 2004/2005.
2. _____. O dicionário como reflexo da língua. *Expressão*, v. 11, p. 97-105, 2007.
3. COSERIU, Eugenio. *Lições de Lingüística Geral*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.
4. SECO, Manuel. *Estudios de lexicografía española*. Madrid: Gredos, 2003.
5. XATARA, Claudia; BEVILACQUA, Cleci Regina; HUMBLÉ, Philippe René Marie (org). *Dicionários na teoria e na prática: como e para quem são feitos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

6. ZANATTA, Flávia. *A normatividade e seu reflexo em dicionários semasiológicos de língua portuguesa*. 2010. 270f. Dissertação (mestrado em Teorias Linguísticas do Léxico). Instituto de Letras, UFRGS, Porto Alegre, 2010.

XATARA, Claudia; BEVILACQUA, Cleci Regina; HUMBLÉ, Philippe René Marie (org). *Dicionários na teoria e na prática: como e para quem são feitos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.